



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 66

Sessão Ordinária de Dezembro

4.ª Reunião de 11-01-2001

Aos onze dias do mês de Janeiro do ano dois mil e um, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Joaquim Gaspar Melo Albino na qualidade Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

João Manuel Freire Ferreira, João Coelho Gonçalves, João Pedro Simões Dias, Diogo Manuel Santos Soares Machado, António Sousa Dinis Correia e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, esteve presente o Presidente da Câmara Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores Jaime Simões Borges e José da Cruz Costa.

Continuando, o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

De seguida foi solicitado pela bancada do PS e PSD, um período de antes da ordem do dia. Colocado à votação do plenário não se verificaram votos contra.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervieram neste Período de Antes da Ordem do Dia:

Membros da Assembleia:

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

(Entretanto, entraram na sala os Vogais Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo).

Vogal Filipe Neto Brandão (PS):

Nos termos do n.º3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente da Assembleia. Senhores Vogais. Peço a palavra para expressar um protesto e uma denúncia, por um grosseiro atropelamento da lei eleitoral para a presidência da república, que ocorreu hoje em Aveiro e que informo – irá ser participado amanhã pelo Partido Socialista à Comissão Nacional de Eleições para posterior prosseguimento ao Ministério Público.

Assim, hoje, através de fax da Junta de Freguesia de Oliveirinha (do qual possuo uma cópia), foi divulgado um comunicado apelando claramente ao voto num candidato presidencial. Esse fax, enviado pelo fax da junta de Freguesia de Oliveirinha (como consta no seu cabeçalho) é assinado pelo seu presidente. É sabido, e a Comissão Nacional de Eleições sobre esse assunto se pronunciou já bastas vezes, que a utilização de meios dum autarquia para fazer divulgar propaganda política, designadamente por fax, é claramente proibida por lei. esse é, entre outros, o parecer AL/97 de 21 de Setembro da Comissão Nacional de Eleições. Tal consubstancia uma clara violação do princípio de neutralidade das entidades públicas, consagrado no artigo quadragésimo sétimo da lei eleitoral do presidente da república.

Será, eventualmente, o desespero pelo fraco resultado do candidato em causa que terá motivado este gesto que creio imponderado. Porém, isso não escusa as particulares responsabilidades de autarca - e no caso cumuladas com a de deputado da República Portuguesa, logo duplamente vinculado à obediência da Lei. E por isto, neste órgão, que é o órgão de apreciação da vida no concelho, não posso de deixar de fazer o mais veemente repúdio e denúncia, por um tão grosseiro atropelamento da Lei”.

(Entretanto, entrou na sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre).

Vogal João Barbosa (PS)

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD):

Nos termos do n.º3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Em primeiro lugar, quero que todas as minhas intervenções não sejam apenas gravadas mas também passadas a escrito...”

Presidente da Mesa:

“V.Exa. Há-de-me desculpar, mas tem de fazer isso pontualmente, porque senão estamos a subverter o regimento.”

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD):

“Então, neste caso concreto, quando eu vou falar sobre determinado assunto, eu gostaria que ficasse de facto por escrito na acta por várias razões. Uma delas é que muitas vezes vimos aquilo que dizemos às vezes deturpados. E é mais fácil, em vez de irmos ouvir as gravações, podermos efectivamente e imediatamente apresentar um texto escrito. Mas por outro lado, também acontece que ocorrem nesta Assembleia de vez em quando afirmações, em que uma vez ouvidas as gravações efectivamente se esclarecem, mas que seriam mais fáceis e talvez não se pudesse com alguma ligeireza dizer-se, que se disse algo, se isso estivesse já em acta prescrito. É o caso, por exemplo, do que o Senhor Presidente da Câmara numa das últimas sessões

referiu, quando eu disse que tinha sido bastante importante que Aveiro tivesse exigido que para o Programa POLIS, que se vai desenvolver aqui na Cidade de Aveiro, não tivéssemos de facto de estar à espera de que isso fosse desenvolvido pela empresa da Parque EXPO.

Nessa altura o Senhor Presidente disse que tinha dito, que quando foi numa reunião anterior, que defendeu o Parque EXPO e a sua credibilidade – o que é verdade que defendeu, confirmei. Depois disse que Aveiro não estava incluído, perfeitamente indicado, que neste caso a empresa Parque EXPO iria responsabilizar-se pelo Programa POLIS, o que é verdade. Mas disse depois o seguinte: “é que o Estado participa no POLIS a sessenta por cento”, o que implica que a última decisão vai ser do Estado. Portanto, digamos, “branco é galinha o põe”, parece indicar-se, inferir-se daqui, que na verdade face a esta situação parece que em última análise o Estado irá, parece que, decidir nesse sentido. E o que eu pedia naquela anterior reunião, era que dadas as evidências que já existiam negativas em relação ao Parque EXPO, a autarquia de Aveiro se antecipasse e dissesse – para aqui não queremos. Foi só isso, e era bom que estivesse logo escrito para a gente poder consultar aqui rapidamente, e era essa a preocupação que tinha.

Tenho outra preocupação neste momento. Da intervenção do Dr. Filipe Brandão, eu devo dizer o seguinte: há aspectos de natureza formal, explícitos, que ele apresenta formalmente, e que formalmente é na sede própria que tem que ser tratada e portanto, a Comissão Nacional de Eleições é a sede própria e portanto aí se vai desenvolver. No entanto, quero dizer que efectivamente no exercício das funções de Presidente de Junta o Senhor Armando Vieira, poderá haver neste caso a perspectiva do Partido Socialista de algo de negativo. Mas eu quero dizer que tem havido tanto de positivo, tem existido inclusivamente, enfim falamos da utilização de um fax. Efectivamente, digamos que houve ali algumas verbas usadas para o fax, mas quando comparamos com aquilo que o Senhor Armando Vieira, muitas vezes, no desenvolvimento até duma acção social e que a pessoa tem conhecimento, das responsabilidades que ele próprio assume do seu bolso, efectivamente eu digo que formalmente é algo que tem de ser tratado informalmente. Tenho de facto alguma pena que suceda para um Presidente de Junta que tão eficientemente tem desempenhado as suas funções, que tenhamos agora aqui de ser confrontados com aspectos de natureza formal, que tem obviamente o seu lugar, mas que informalmente eu não quero também deixar de pronunciar-me sobre a valia deste Senhor Presidente de Junta. Estou só a falar informalmente, não estou a dizer nada em relação à sua informação.”

(Entretanto, entrou na sala o Vogal Dinis Marques).

Vogal Nuno Tavares (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PPD/PSD)

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Vogal Gaspar Albino (CDS/PP):

Nos termos do n.º3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Muito obrigado Sr. Presidente. A memória do povo de Aveiro, julgo que é importante e é relevante que se traga a esta Assembleia que considero a mais representativa do seu povo.

Manuel Regala morreu. Como descendente de marnotos e de pescadores da ria que sou, ficarme-ia muito mal - na minha consciência - não trazer através de Manuel Regala a esta Assembleia, a memória de todos aqueles que esforçadamente durante séculos construíram um

espaço; espaço de água e de terra e de lamas, onde suores e lágrimas se amassaram para garantir a identidade da minha terra.

Manuel Regala morreu. Morreu um homem bom de Aveiro. Um homem que soube ser atleta, trabalhador da ria, dedicado ao seu amigo, aquilo que na ria de Aveiro se chama um verdadeiro camarada. Camarada Manuel Regala, tu és digno de ser o meu camarada. Tenho dito.”

Após a intervenção do Vogal Gaspar Albino, o Presidente da Mesa propôs um minuto de silêncio em memória do Senhor Manuel da Cruz Regala, recentemente falecido, que se cumpriu.

A

PONTO N.º 2 – CÂMARA MUNICIPAL – OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA O ANO 2001.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião extraordinária de 27/11/2000, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez uma breve introdução do assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Intervieram neste ponto:

Membros da Assembleia:

Vogal Filipe Neto Brandão (PS)

(Entretanto, entraram na sala os Vogais Pedro Machado Pires da Rosa, Luís Miguel Capão Filipe e Maria João Santos Pais).

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Rogério Madail (PPD/PSD):

Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

B

“Porque é que eu pedi os dados da realização do Plano do ano anterior? Ora bem, porque um orçamento não pode ser analisado despegado da realidade. E o que acontece é que a nossa experiência tem-nos mostrado que os orçamentos não correspondem de forma alguma ao que tem sido realizado. E por isso é que eu acho que é fulcral em qualquer organização, quando se analisa um orçamento, ver o que é que está para trás. E fundamentalmente as responsabilidades que transitam do exercício anterior.

Mas antes de começar a analisar o orçamento, eu queria manifestar aqui algumas preocupações, de alguns factos que eu considero, talvez exagerando um bocadito, lamentáveis; que é o seguinte: mal grado eu ter solicitado verbalmente aos serviços da câmara municipal os elementos necessários à apreciação do Orçamento 2001, em dezanove de Dezembro, eu em dezanove de Dezembro – quando o Senhor Presidente dizia que eu não fazia os trabalhos de casa (foi infeliz nessa afirmação), mas eu digo que pedi isto em dezanove de Dezembro, e depois por escrito em vinte e sete. O que acontece é que só ontem, dia onze de Janeiro, ao fim do dia, me foram disponibilizados os dados informativos – talvez para não ter tempo de os analisar. Até porque eu já lhe tinha mandado uma carta através do Senhor Presidente da Assembleia, a dizer que me deveriam dar os dados pelo menos com quarenta e oito horas, porque eu tenho a minha actividade profissional. Portanto, não se compreende como é que são precisos dezasseis dias

para se imprimir um balancete que basta digitar a ordem no computador. A menos que hajam outras razões, que a razão desconhece.

Por outro lado, não foi facultado o balancete de contas do ano dois mil, já que as receitas foram omitidas, ou melhor, retiradas do balancete de contas. Pergunto, porquê?

Os dados, disse na comunicação social que mos tinha dado todos – não, não me deu. Não me deu as receitas que foram realizadas em relação às despesas que me apresentou.

Comparando o valor das despesas liquidadas, anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara em vinte e sete de Dezembro, no montante de sete virgula sete milhões de contos, o que vem referido no balancete que ontem me foi entregue, foi de dois virgula cinco milhões. Eu pergunto: então em dezasseis dias a Câmara paga dois virgula oito milhões de contos? Como é possível!?

Outra omissão de informação, relaciona-se com o montante da dívida em trinta e um de Dezembro, referentes aos contratos de locação financeira em curso. A informação prestada apenas se refere ao valor de contratos da ordem dos duzentos e vinte mil contos e não ao montante da dívida - a menos que alguma prestação tenha sido liquidada. Portanto, a informação também não foi dada.

Em termos de contratos de locação, não tive também informação sobre o montante da dívida do contrato de locação financeira imobiliária, para a compra dos terrenos do Plano de Pormenor do Centro que se estimava em um virgula quatro milhões de contos. Relembro que o valor inicial do contrato deveria ser objecto duma amortização em função do produto resultante da venda dos terrenos. Como foram alienados pela Câmara os terrenos para um hotel e dois lotes de construção, pergunto: qual o montante que foi realizado no contrato de locação, que nunca tivemos acesso a ele? Qual o montante do produto da venda dos terrenos? Qual o montante do que foi amortizado até agora? E qual o montante actual da dívida que não consta na relação que me deu?

Entrando agora no Orçamento. Estamos perante um Orçamento eleitoralista, despesista, irrealista e centralizador. E eu vou dizer porquê. Eleitoralista porquê? Porque tem mais olhos que barriga. Quer-se fazer crer que vão ser realizados onze virgula dois milhões de contos de investimento, quando em dois mil apenas se investiu cinco milhões – É pouco Senhor Presidente. Em relação ao previsto é muito pouco. Quer-se fazer crer que vão ser transferidos para os Serviços Municipalizados de Aveiro, dois virgula cinco milhões de contos, quando em dois mil apenas se transferiu noventa e seis mil contos. De noventa e seis mil, para dois virgula cinco milhões, vai uma grande diferença Senhor Presidente.

Despesista. Bem quando digo despesista não é em despesas de investimento, é em despesas correntes. Porque aponta para um aumento desmesurado das despesas correntes em relação ao realizado no ano anterior, mais quarenta por cento! O que corresponde a mais um virgula oito milhões de contos que se pretende gastar, do que se gastou no ano que passou.

Irrealista. Porque à semelhança dos anos anteriores, o Executivo não vai ter capacidade de realizar as despesas de capital, excluindo naturalmente as despesas do corrente funcionamento. Aí gasta-se, e bem!

Centralizadora. Porque dos seis virgula quatro milhões de contos de despesas correntes, apenas se pretende transferir para as Freguesias cento e vinte mil contos e para os Serviços Municipalizados quatro mil contos!?

Ora isto faz com que haja um risco neste Orçamento. Qual é o risco? É que a sua execução orçamental em termos de despesas pode por em risco a capacidade financeira do município. Se as despesas forem realizadas à espera que as receitas sejam cobradas, e se elas não forem, entramos depois em dívida.

Quanto às dívidas - e agora aqui é que está interessante. Abri as minhas contas, com os dados que me foram fornecidos, excepto este contrato de locação financeira do Plano Pormenor do Centro (que eu não tenho informação do que é que foi pago – porque não me deram), e isto soma sete virgula sete milhões de contos de dívidas.

Se somarmos ainda os autos de medição ainda não facturados, que deve haver muitos, porque nós vemos as obras aí e não vemos as despesas a cair - eu não sei até onde é que isto vai parar! Isto preocupa-me. E deve preocupar qualquer aveirense.

Agora vamos analisar a evolução das despesas. O que acontece é que, se começarmos a analisar despesas, vemos que elas andam todas cá por cima. No ano passado em dez virgula cinco, dos quais dois milhões foram feitos à última da hora em dezasseis dias; e agora atira-se para o montante de vinte e um. Há aqui uma decalege extremamente forte, que temos dúvidas que seja, se analisarmos o que é que se passou nos anos anteriores, vamos ver que vamos ficar muito longe do que vai ser feito.

Em termos das despesas correntes, aí sim, a Câmara tem alguma importância - aqui temos que reconhecer que a Câmara até faz despesas correntes. E é por isso que nós dizemos despesismo. De qualquer maneira, se isto evoluir assim vamos gastar um bocado no próximo ano.

Em despesas de capital, e aqui é que nós dizemos: atira-se para dez milhões e só se gasta seis, então, agora, de catorze deve gastar-se para aí sete!? Ora bem, isto realmente é a dificuldade que nós temos. É que vemos que o grau de concretização em termos de despesas de capital é muito mau; ou muito pouco ambicioso na realidade.

Quanto a Pessoal, aí efectivamente gasta-se bem! Esperemos que não haja mais aqui um aumento; a menos que haja uma aumento de efectivos que possa justificar ou uma melhoria das condições das pessoas que cá trabalham. Não tenho dados para poder analisar isso, deixo ficar isso à sua consideração para justificar esta evolução.

Bem... quando falamos em bens duradouros e não duradouros, também aí até se ultrapassa o que se prevê. Porquê? Despesismo, aquisição de serviços, etc. Nós reparamos que nas rúbricas onde realmente se mostra um certo despesismo (que nós afirmamos), aí realmente a Câmara é exímia. Transferências para as Freguesias – aqui manteve-se os valores. Os encargos financeiros estão a subir fortemente em relação ao previsto. A nível dos investimentos, aí voltamos a verificar uma grande decalege em relação aos investimentos. E é aí que nós gostaríamos de ver a Câmara a apostar mais. Não é dizer: “eu vou fazer” é “eu faço”. Porque não adianta dizer: “eu vou investir”, mas depois os investimentos ficam a meio.

Transferências de Capital. Ó Senhor Presidente, transferências de capital para os Serviços Municipalizados. Então dois milhões e meio, e este ano só foram noventa e seis mil?! Eu acho que quem olhar para este gráfico vê que não vão receber nada daquilo; nem parecido. Oxalá que sim, que é para ver se as obras são realizadas, mas com este montante vai ser difícil a menos que haja uma grande mudança.

Transferências de Capital para as Freguesias! O montante é tão baixo que é fácil atingi-lo. Amortização dos empréstimos. Estamos a ver aqui uma situação de um forte crescimento, e isto vai ser uma subida abruta nos anos seguintes.

No total da receita não temos dados em relação ao ano dois mil. Mas vemos que com sete em noventa e nove - não sei quanto é que foi em dois mil porque não me facultou esses dados, mas para vinte e um, temos grandes dúvidas que o possa atingir. E a prática mostra que não. Receitas correntes. Portanto, aqui também temos uma decalege forte. Receitas de capital, então aqui é que está o caso. É que os apoios a nível das receitas de capital, os apoios que diz que vem do Governo Central, não têm vindo conforme prevê. E depois depare realmente na decalege com que estamos. Com isto vai acontecer o seguinte: cuidado não se ponha a fazer despesas por conta de coisas que depois pode não receber. É que isto é uma mau indício - impostos e taxas bastante abaixo, as transferências correntes também, as vendas de capital (já falou ali o Deputado Salavessa) as realizações estão muito longe. O que se apresenta no real não tem nada a ver com o conseguido na prática. Vai haver uma dificuldade em se realizar estes valores na venda de bens de capital e o passado recente mostra o que é que se passa.

Transferências da Administração Central – fica a metade! E então aponta-se ali uma grande subida, que oxalá que sim, nós fazemos votos, mas o PIDDAC mostra que nem de perto nem de longe vai ter esses valores.

Os empréstimos. Temos aqui depois um problema de empréstimos a médio e longo prazo. E era esta análise que eu queria fazer, transmitindo a nossa preocupação de ser um Orçamento completamente irrealista. Gostaríamos que ele fosse cumprido, mas só vai ser cumprido de certeza nas despesas correntes. Nas despesas de investimento vai faltar o seu financiamento e vai ser um completo desajustamento da realidade.

Em relação aos aspectos estratégicos, há um aspecto muito importante; está a comprometer-se o futuro de Aveiro. E porque é que eu digo isto? É que fazem-se investimentos estratégicos que são importantes: da área da cultura, da área do desporto, mas está a esquecer-se um aspecto importante que já venho a falar aqui há muito tempo. É preciso criar condições para o desenvolvimento económico do nosso concelho. O nosso concelho tem-se desenvolvido com alguns defeitos, com algumas virtudes. Houve presidentes de câmara anteriores que criaram zonas industriais, trouxeram para aqui projectos de investimento, que são estruturantes da nossa economia e fazem com que hoje em Aveiro se viva bem. Ora bem, hoje em dia um empresário quer abrir uma empresa em Aveiro não tem um sítio para construir uma empresa. E eles vão para os outros concelhos, vão para os outros distritos, porque em Aveiro não há zonas industriais. E eu reparo que este Plano é árido, apesar de nós termos vindo a recomendar, é preciso criar novas condições para novas indústrias se implementarem. É uma criação de postos de trabalho; é preciso criar riqueza para depois a distribuir porque ninguém está livre do que poderá vir por aí. Muito obrigado”.

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

De seguida o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se intervalo para jantar.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Joaquim Gaspar Melo Albino na qualidade Segundo Secretário e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Raúl Ventura Martins, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Maria João Santos Pais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, Jorge Manuel do Nascimento, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes vogais:

João Manuel Freire Ferreira, João Coelho Gonçalves, João Pedro Simões Dias, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o Vice-Presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio e os Vereadores José da Cruz Costa e Jaime Simões Borges.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos.

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD):

Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente. Caros Colegas da Assembleia. Contrariamente a algumas afirmações que já foram produzidas, eu penso que este Plano de Actividades é um Plano de Actividades cinzento. Vejo o desejo de construir muito, vejo muito betão, cuja execução já foi claramente expressa como muito duvidosa, e vejo muito pouco sentido estratégico, profundo. Nós reconhecemos que a sociedade aveirense é uma sociedade dinâmica e não verificamos que a Câmara acompanhe a dinâmica desta sociedade. Verificamos uma actividade empresarial forte e empenhada, vimos preocupações pela inovação a nível empresarial, temos uma Universidade em que o desenvolvimento e a investigação científica e tecnológica é extremamente importante, e a Universidade de Aveiro tem sido avaliada, e avaliada como das melhores do país, verificamos a preocupação da Universidade de criar interfaces com as empresas e sabemos que tudo isto deve conduzir à chamada inovação. E os pólos de inovação são fundamentais para o futuro, porque são pólos de atracção e cria-se portanto a situação de que quanto maior atracção existe mais inovação se desenvolve. E se efectivamente se perde esta oportunidade, quanto mais atraso existe, mais atrasada será a região e a sociedade.

O que faz a Câmara Municipal para incentivar a inovação e para fixar estes agentes de inovação? Os alunos passam pela universidade e se não lhes são dadas condições, vão-se embora. Na universidade criam-se incubadoras de empresas, que se desenvolvem, e que se não tiverem as melhores condições para se fixarem em Aveiro, vão-se embora. Que sentido estratégico possui a Câmara para fixação dos pólos de inovação? Que incentivos é que são criados nesse sentido? Isto, a meu ver, é que é um sentido estratégico profundo que falta a esta Câmara. Por exemplo, será que temos áreas a preços mais baixos para instalação de empresas, para que elas se não vão embora? Será que coisas tão simples como por exemplo, diminuição de derramas para fixar empresas aqui, se fazem? Não. O que é preciso, é de facto, vender terrenos o mais caro possível, ter derramas para conseguir receitas, para construir mais obras grandes que efectivamente numa perspectiva eleitoralista pode ser muito mais importante, mas não é na perspectiva do futuro desta cidade. Portanto, em vez deste pensar, do incentivar de agentes de inovação, pensa-se curtinho. O pensamento parece estar fechado em ciclos de quatro anos. Fazem-se obras para se completarem efectivamente quando as eleições estão próximo. E efectivamente, começa quase a ser ofensivo para os aveirenses esta ideia de que nós todos somos parolos. Eu creio que estamos atentos e lembrem-se disto. É que há uma máxima dos ingleses muito curiosa e que diz: “podem enganar-se todos durante algum tempo, mas não é possível enganarem-se todos durante todo o tempo”. E atenção, é preciso termos isto em mente: é preciso pensar Aveiro estrategicamente, e este Plano que nos foi apresentado não evidencia a meu ver esta preocupação. Os meios que a universidade possui para a inovação, para ser um centro de atractividade e portanto de desenvolvimento, são importantes. São as suas empresas, é a universidade, são cidadãos activos, empenhados, e isto permitirá pensar uma cidade de excelência se houver de facto o entendimento da autarquia, desta situação. Eu creio que os aveirenses, as empresas, o seu dinamismo, a sua universidade, eu digo que estão a habilitar a cidade, diria com motores “Rolls Royce”, e o que a Câmara Municipal lhe cede para chassis é um carro de bois.

O que significa que não valia a pena estarmos a ter um “Rolls Royce”, porque dois ruminantes chegavam para puxar o carro; de modo que é desperdício, é desperdiçar os aveirenses com os chassis de carro de bois que é dado por esta câmara. E efectivamente o que se verifica é aquilo que toda a gente diz que são grandes obras, grande sentido estratégico, e ao fim ao cabo as obras que ali estão são de execução perfeitamente discutível e duvidosa.

Portanto, para se tentar dar a ideia de algo muito importante, refugia-se numa utopia quando há situações concretas que se podiam realizar, como o desenvolvimento deste tipo de preocupação, pela inovação, para a atractividade. Havia coisas tão simples como de facto criar meios para as empresas aqui ficarem, e coisas tão simples como aquelas que acabei de enunciar. Era preciso talvez receber um pouco menos de receitas, mas garantir o futuro - era importante. E há coisas estratégicas que são referidas que até podem não custar dinheiro à Câmara, mas que efectivamente no Plano não são ditas; são só ditas aquelas que têm alguma perspectiva financeira, quando ao fim e ao cabo há coisas que são estratégicas e fundamentais, e não ouvimos uma palavra sobre isso, como seja a problemática do acesso ferroviário ao Porto de Aveiro.

É que até numa reunião anterior, eu inquiri para saber qual era o ponto da situação e foi-me dito que de facto há uma comissão que está para decidir, eu pus uma dúvida e a resposta do Senhor Presidente foi curiosa. É que da dúvida que eu coloquei, que era: o problema de aparecer uma linha ferroviária no centro do IP 5 e no acesso de Aveiro até ao Porto, foi dito que este era o exemplo, mais pobre das dúvidas que se apresentavam. Eu efectivamente, foi só um exemplo que eu dei, não estava sequer a afirmar, era informar-me, mas de facto a resposta do Senhor Presidente da Câmara, para meu ver, foi de facto das mais pobres que existem. E se os argumentos que usa para esse fim são esses, preocupa-me dizer que na vinte e quatro de Julho em Lisboa é o caso exemplar disto, que não é. Na vinte e quatro de Julho verificamos que, por exemplo, desde o Cais do Sodré até Santos temos três faixas de rodagem dum lado e três faixas de rodagem do outro, eléctricos ainda, e do outro lado do rio existem mais duas faixas de rodagem para um lado e para o outro. Portanto ali o comboio não está no meio duma estrada; tem duas estradas independentes de cada lado, e efectivamente o que sucede é que se houver um problema numa delas não é preciso passar para o lado de lá. Portanto, receio que argumentos desses estejam a prejudicar ou a atrasar o desenvolvimento desta ligação ao Porto de Aveiro.

Relativamente à problemática da cultura tem-se visto muita coisa a ser feita, simplesmente eu tenho um conceito do seguinte: é que em termos culturais é preciso uma massa e um fermento, e eu penso que a Câmara deve ser essencialmente o fermento, e vejo que a Câmara muitas vezes é muita massa. Quer dizer que, em vez de estar a incentivar a sociedade civil e entidades se possível privadas para se desenvolverem, gostam, eu diria, de atirar os foguetes e apanhar as canas. É mais visível, dá mais votos naturalmente, mas efectivamente eu penso que haveria muitas iniciativas que deveriam ser feitas para desenvolver, e eventualmente numa perspectiva intermunicipal, eu desejaria que a Câmara de Aveiro também se preocupasse com aspectos intermunicipais e desafiasse as outras Câmaras Municipais para criar possibilidades e criar massas críticas, que por exemplo a Orquestra das Beiras, a Filarmonia das Beiras, é um exemplo típico e bem acabado do que podem ser sinergias criadas nesse sentido. Mas porque não pensar noutras coisas? Porque não pensar num corpo de ballet, porque não pensar noutras coisas que seriam possíveis de pensar e que aqui não estão. Portanto, continuo a dizer, isto é pouco ambicioso. É muito cinzento este Plano de Actividades.

Penso que no que diz respeito às problemáticas do orçamento, já muito foi dito, não vale a pena repetir, eu não gosto de andar a repetir coisas que os outros evidenciaram. Primeiro, que há despesismo, que há eleitoralismo, que há inviabilidade real efectivamente de permitir a execução, porque os PIDDAC verificados e apresentados pelo Governo não condizem com aquilo que aqui está escrito. E depois há outras coisas que eu também não chego a perceber, por exemplo: nós chegamos à página vinte e cinco e temos programas, e depois pomos assim –

um milhão setecentos e cinquenta mil contos a definir; encargos a definir! Será que também não há receitas? Há-de ser definido?! Na página vinte e oito temos mais setecentos mil – a definir! De modo que eu pergunto: o que é isto de aprovar um Orçamento a decidir? Penso que é difícil para quem cumpre fiscalizar a acção camarária. Bom, e o que verificamos também, não me vou repetir, mas de facto, enfim, e a propósito da execução orçamental em que verificamos que de facto entre a apresentação que foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara da situação actual, que nos dava por exemplo para as despesas de capital uma execução na ordem dos trinta e oito ou trinta e nove por cento, agora parece que aumentou com mais dois milhões que aparecera, mas efectivamente não chegamos a cinquenta por cento e portanto, eu fico um pouco admirado também quando se cita para os órgãos de comunicação social que o atraso na aprovação deste orçamento é prejudicial porque não se conseguem fazer pagamentos.

É claro que se se entra no regime dos duodécimos, e como não chegaram a executar cinquenta por cento, se este ano executarem a cem por cento, podem pagar mais de metade do que pagaram no ano passado. Não vejo que haja nenhuma tragédia aí. E também não vejo nenhuma tragédia se este orçamento for aqui chumbado como eu acho que é o que merece. Porque há o regime dos orçamentos, dos duodécimos, e efectivamente não há tragédia nenhuma porque se de facto a Câmara executar o que não executou no ano passado, chega e sobra.

Quero dizer ainda o seguinte: há algumas coisas que de facto são referidas aqui e que muitas vezes no Plano diz-se algo, mas isto não chega. Nós temos informações que precisamos de ter, falamos no Plano de Actividades - vai ser feito um pavilhão MultiUsos. Mas eu pergunto: como, e onde? É que houve num determinado momento uma perspectiva que se dizia que ia ser na Freguesia de S.^{ta} Joana. Acabei há tempos de ler uma decisão camarária em que se dizia que já não é aí, que é perto do terreno que se estende desde o Pingo Doce até algures entre o Pingo Doce e o Pavilhão do Galitos! Bom, o problema que se põe é o seguinte: creio que com a edificação que se vai fazer em volta do lago e do desenvolvimento que a cidade está a ter naquele sentido, não tarda muito aquele sítio vai ser o miolo da cidade. E parece-nos que uma acção dessas deve estar numa zona periférica; até porque vai necessitar de um grande parque de estacionamento. E aquela ideia de que, depois temos de ter ali uma zona verde, enfim, isso pode ser algo que pode ser sedutor, mas que não é. Porque efectivamente, muito possivelmente tem de haver ali um grande parque de estacionamento.

Portanto, preocupa-me também saber que vai haver um pavilhão MultiUsos, mas é para implantar ali, tanto mais, ainda por cima, que recebi informações que esse terreno tinha já compromissos assumidos e que efectivamente a Câmara está a faltar a compromissos assumidos para outros fins.

Depois verifico ainda outro aspecto. Fala-se do programa POLIS, mas noutra dia o Senhor Presidente da Câmara disse aqui algo que me deixou preocupado: ao dizer que o programa POLIS também vai subsidiar a Europa dos Pequenitos – na última sessão falou-se nisso. Fiquei preocupado! Porque pensava que o programa POLIS se destinava objectivamente a um fim. Ouvi dizer que a Europa dos Pequenitos era uma responsabilidade da Fundação Bissaya Barreto. E se efectivamente se vai tirar dinheiro da cidade para investir naquilo que a Bissaya Barreto dizia que ia investir, então é capaz de não ser grande negócio esse tal Europa dos Pequenitos. Face a esta situação, Senhor Presidente, o que eu tenho a dizer é que de facto uma ambição pequena, uma execução passada, que nos confirma o que aqui está escrito, é uma utopia para o futuro. E, finalmente, dada essa situação de termos aqui uma utopia para futuro, de haver coisas do género a definir, não é naturalmente, e salvo informação que vossa Excelência nos dê Senhor Presidente da Câmara, e que nos convença que as nossas dúvidas são infundadas, não me parece razoável, em consciência, poder votar favoravelmente este Plano e este Orçamento. Muito obrigado.”

(Entretanto, entraram na sala os Vogais António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre, António Sousa Dinis Correia e Victor Manuel da Silva Martins).

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

C

Vogal Fernando Leitão (PS)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD):

Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção.

“Senhor Presidente, muito boa noite. Queria aqui fazer dois comentários prévios que tinham a ver com a questão das notícias dos jornais, na sequência da última reunião da Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara, que é uma pessoa que eu digo aqui desapassionadamente, aprecio enquanto pessoa, enquanto trabalhador e interessado nas coisas da nossa terra, nessa perspectiva tem o meu apreço, e ele sabe porque faz o favor de me tratar também com consideração, mas isso não invalida que eu seja cego às questões e que possa sentir-me também ofendido com algumas declarações, como as que se seguiram ao dia, salvo erro no dia vinte e nove de Dezembro, não tenho aqui, mas dizendo que a postura da oposição da Assembleia tinha sido “baixa política”.

Devo dizer-lhe Senhor presidente, que uma atitude baseada na consciência, se é considerada baixa política, então mal vai a democracia no nosso país. E devo dizer-lhe ainda mais – se eu fosse a fazer comparações sobre o que é baixa política (entendendo como baixa política aqui que é a imagem que todos nós responsáveis políticos damos para o exterior, para a população, para aqueles que temos obrigação de servir), então eu teria de fazer muitos comentários que diriam então o que era baixa política, dos quais me abstenho neste momento.

Também para referir que a notícia vinda no Diário de Aveiro de hoje. Ó Senhor Presidente, parafraseando uma celebre frase duma ilustre Senhora ligada à política deste país, vossa excelência sabe que eu sei que não é assim. Vossa excelência que eu aprecio intelectualmente, digo-lhe sinceramente, pese a ofensa do dia vinte e nove, devo dizer-lhe aqui com toda a frontalidade e olhos nos olhos – senti-me ofendido. Eu tenho um forte sentido ético do dever nestas questões. Porque sei que não posso julgar as coisas pela minha vontade particular, mas tenho que avaliar as coisas pelo interesse colectivo. E eu acho que vossa excelência procedeu de uma forma ofensiva para com a oposição, e nomeadamente para com a minha pessoa. Nunca tive tal postura em relação a vossa excelência e permita-me que me sinta ofendido por essa declaração de então. E quanto à de hoje, obviamente eu abstenho-me de fazer comentários em nome dos interesses de Aveiro.

Depois, entrando propriamente no Plano de Actividades: parque escolar - numa análise sucinta. Eu fico preocupado, que não sei se sabe, que há uma pré-escola encerrada no concelho de Aveiro, na Costa do Valado, lugar da Freguesia de Oliveirinha. Porquê? Nenhunas condições para funcionar. É um autêntico lago interior. Esta sala está prometida desde o início desta Câmara. Não está referida no Plano de Actividades, ou seja, é uma das tais letras que nós assinamos devidamente preenchidas – quando temos consciência do que estamos a fazer, é uma das tais letras que eu assinaria (das muitas que teremos para assinar quanto a este Plano de Actividades) de boa vontade, assim ela estivesse preenchida; não está. Em branco não assino. Habitação social. O Senhor Presidente da Câmara não duvida da minha forte consciência social. Felizmente é assim que me julgam responsáveis para a área social do concelho e do distrito. Tenho enormíssimas preocupações, sofro bastante com os problemas das pessoas mais necessitadas, das pessoas que não têm voz, das pessoas que dormem ao relento, das pessoas que passam frio, e acima de tudo dos velhos abandonados à sua sorte, em tugúrios húmidos, sem quaisquer condições e ainda pior, das crianças que dormem ao relento e que muitas vezes são deitadas à rua, não por culpa de vossa excelência, mas por culpa de todos nós que somos a

sociedade portuguesa. Mas porque também temos alguma quota parte na resolução desses problemas, eu digo-lhe, e o Senhor sabe que isto tem sido a minha luta desde o início deste mandato. Antes do espectáculo, antes das obras lindas que todos nós gostamos, eu também gosto das coisas belas da vida, façamos habitação para aqueles que nada têm; com o mínimo de condições. Vossa excelência sabe que só seremos dignos da nossa função se soubermos usar bem os meios postos à nossa disposição, nomeadamente, os impostos que os portugueses pagam tantas vezes com sacrifício, na resolução dos problemas que afectam muitas das pessoas do nosso concelho, nomeadamente estas.

Eu, no âmbito da minha função de deputado pela Assembleia da Republica, procurarei e estou a tentar lutar para que seja alterada a legislação. É inadmissível que as juntas de freguesia não se possam candidatar a programas de habitação social. Eu provo-lhe Senhor Presidente, quando quiser, tenha a coragem (já o desafiei a isso), dê a Delegação de Competências a quem a quiser assumir. Eu, Junta de Oliveirinha, assumimos essa competência. Vossa excelência queira delegar em nós e vou-lhe provar que nós fazemos habitação social melhor, mais rápido, e muito mais barato. E assim quem é que ganha? Ganha o erário público, ganhamos todos, ganha a sociedade portuguesa e ganham essas pessoas.

Acerca das receitas das taxas de saneamento, citadas aqui pelo meu companheiro Manuel António, eu só queria fazer-lhe um comentário. O aumento previsto só pode ser sustentado numa única razão – o aumento das taxas em dois mil e duzentos por cento. Outra forma não haverá, porque todos nós sabemos que as taxas, o levantamento de licenças está a cair no país e vai cair também no concelho de Aveiro. Todos nós sabemos que isso é uma realidade imutável; infelizmente irrefutável. O POLIS, um programa excelente. Aqui está uma das coisas boas que o Governo decidiu, e o que é bom é para se dizer bem. O Governo decidiu bem, só com uma pequenina lacuna Senhor Presidente. Era bom que o POLIS, e eu nem sequer vou falar da minha freguesia, era bom que o POLIS, e eu questiono alguns colegas meus mais ligados a estas coisas: porque é que o POLIS é só para os centros urbanos das cidades? Porque é que não há-de ser para os centros urbanos das freguesias que têm história? Como por exemplo, a Freguesia de Eixo. Porque é que não há-de ter POLIS? Ainda vossa excelência já citou esta noite aqui a qualidade histórica dos edifícios do centro de Eixo. É verdade. Todos nós temos obrigação também de ajudar o Senhor Presidente da Junta local a defender isso. Porque é que o POLIS não é extensível a esses centros urbanos? Todos nós temos obrigação. Vossa Excelência não tem culpa disso, mas temos de lutar para que assim seja. Não basta só alindar os centros das cidades, temos cidades muito bonitas, mas depois à volta é a miséria, a degradação, e tudo o que os Senhores sabem.

As zonas desportivas. Senhor Presidente, permita-me que lhe diga que tenho lido muitos Planos de Actividades de outros municípios, ou pelo menos passado os olhos – lido em profundidade não. Ninguém põe cem contos para fazer estudos urbanísticos e ainda por cima divididos por quatro freguesias: são vinte e cinco contos por cada freguesia!? Não fica bem. É falsear a verdade, é mentir-nos. E eu considero-me ofendido. É um atestado de menoridade mental. Como quem diz: “o fulano não percebe vai passar adiante”. É mais uma das letras que não está preenchida e que eu também não assino.

Depois Senhor Presidente, em quinze anos que já levo de Presidente de Junta, é a segunda vez que eu vejo as obras de pavimentação de ruas serem apresentadas em bloco. Eu tive o cuidado de pedir ao Senhor Vereador Eduardo Feio que me discriminasse as obras que eram atribuídas no ano em curso à Junta de Freguesia de Oliveirinha – assim não aconteceu. Eu não posso assinar esta letra. Esta letra nem sequer está selada, não sei qual é o valor, e não está preenchida. Não posso assinar esta letra. Não aceito isso. É mais um atestado de menoridade mental que vossas excelências passam às Juntas de Freguesia. E pela parte que me toca, é assim que julgo.

As transferências. Ó Senhor Presidente, vou procurar ser justo. Vossa Excelência deu um salto significativo nas transferências para as Freguesias - teve a inteligência que todos lhe reconhecem de perceber que, uma reclamação que eu era o primeiro a reivindicar, de transferir para as Juntas de Freguesia algumas verbas destinadas à limpeza das valetas. É verdade venho aqui reconhecer-lhe isso. Mas Senhor Presidente, não apresente isso como uma grande arma, como uma razão para se vangloriar, a transferência para as Freguesias de cento e setenta e nove mil contos; olhe, é mais um atestado de menoridade mental que é passado a todas as freguesias Senhor Presidente.

É que dos vinte e um milhões de contos, se por ventura fosse possível existir essa receita durante o ano em curso – todos desejaríamos que assim fosse, vossa excelência estava a reconhecer competência aos catorze Presidentes de Junta para dirigirem e gerirem, como entendessem, zero virgula oitenta e cinco por cento desse mesmo orçamento. Somos realmente muito maus, temos realmente muito pouco valor.

Deixe-me ainda referir, que há uma verba, por estranho que pareça (e aqui vou ajudá-lo), pode alterar um bocadinho o diferencial entre o orçamentado nas receitas a seu favor. Não consta do Orçamento, um novo fundo de base municipal que contempla a Câmara de Aveiro com cento e setenta e quatro mil contos. É um fundo global para todas as freguesias. Este fundo que deveria constar do Orçamento - e devia Senhor Presidente, numa perspectiva de alguma consideração pelas Juntas de Freguesia, deveria ter o seu reflexo nas transferências para as Juntas de Freguesia.

Como vossa excelência sabe, qualquer acréscimo nas transferências para as Juntas de Freguesia são sumamente importantes para nós todos. Não consta do Orçamento, pode porventura ter escapado aos serviços que estiveram a equacionar estas verbas, mas quando constatar que tem direito a ela, peço-lhe que venha aqui rectificar esta lacuna e que dê também desta verba um bocadinho às freguesias – não zero virgula oitenta e cinco por cento, um bocadinho mais.

Nada se refere pois Senhor Presidente. Eu estive a ouvir as intervenções, quer da minha bancada, quer da bancada do PP, sobre uma questão que nos preocupa a todos e sei que o preocupa a si. Nós estamos a fazer investimento de qualificação, eu percebo isso, temos que o fazer; se é prioritário aqui ou ali, podemos discordar, mas sou de acordo com a qualificação da nossa cidade, do nosso concelho – especialmente a nossa cidade, porque infelizmente o concelho não está a ter esses benefícios. Mas, Senhor Presidente, estamos é a investir numa perspectiva despesista, gastadora, consumista - e eu pergunto-lhe: que investimento estratégico esta a ser feito e planificado e vossa excelência passou por cima desta questão, numa perspectiva de gerar receitas a prazo, para ajudar ao equilíbrio da tesouraria do município; nada foi feito Senhor Presidente! E o Dr. Rogério Madail há bocado referia aqui uma coisa que eu já o tenho ouvido referir muitas vezes, e vossa excelência também: não há zonas industriais! Permitam-me meus Senhores dizer-lhes, que há zonas industriais em Aveiro, é preciso é desenvolvê-las e infraestrutura-las. Estão aprovadas no PDM diversas zonas industriais, uma delas de grandes dimensões, que se situa na Freguesia de Eixo, e que não está potenciada e desenvolvida. Precisa de ser desenvolvida! E é por aí, Senhor Presidente, esse é o investimento estratégico que o município de Aveiro, numa perspectiva avisada da gestão da coisa pública, esse é o investimento estratégico que é preciso fazer em Aveiro, Senhor Presidente. Para que possamos gerar receitas, que venham ajudar a aguentar o despesismo galopante das contas do município. Só com investimento numa perspectiva despesista, e vamos lá e vossa excelência infelizmente vai verificar e constatar a curto prazo, que não é possível equilibrar numa perspectiva de receitas correntes, as despesas correntes que têm um crescimento galopante em Aveiro. Assim, Senhor Presidente, faço um apelo – dê prioridade absoluta à infraestruturação destas zonas industriais, porque como o Dr. Rogério Madail diz e eu também sei, há muita gente que gostaria de ter indústrias em Aveiro e essas indústrias iriam gerar riqueza para o

município, já nem falo sequer na questão do emprego que também é importante, embora nós não tenhamos muita razão de queixa nessa área. Mas na perspectiva da receita, que é fundamental para a gestão da coisa pública em Aveiro.

Senhor Presidente, depois concluo dizendo, que a forma como estão tratados este conjunto de questões, que pela ausência de especificação, aliada à mais que certa baixa percentagem de execução, vossa excelência não quer convencer-me que vai... eu percebo. Olhe, eu também sou um homem ambicioso e nomeadamente nas coisas que dizem respeito à minha Freguesia: sou um sonhador – Vossa Excelência também é um sonhador, mas o sonho tem limites. Temos que ter, por momentos, quando se trata de verbas, sonhar planificando objectivando o médio e longo prazo, mas na execução temos que ser muito realistas e ter os pés no chão. E assim Senhor Presidente, como eu dizia, pela mais que certa baixa de percentagem de execução aliada à falta da especificação, e ainda, porque Vossa Excelência, não tenho dúvidas, também vai ser vítima disso, do buraco monstruoso de trezentos milhões de contos existente no Orçamento do Estado, o Senhor vai ver que vai ter também reflexos disso nas receitas que espera ter do Poder Central. Porque como vossa excelência sabe, é urgente, fique o que ficar, reequilibrar as contas do Estado em Portugal. E devo dizer-lhe mais, Senhor Presidente, esta questão está a preocupar muita e boa gente de todas as bancadas políticas da Assembleia da República. Muita e boa gente de todas – friso bem! Claro que todo este cenário, Senhor Presidente, infelizmente realista, gostaria de me enganar e daqui a um ano estar-lhe aqui a dizer: enganei-me, parabéns! Mas infelizmente não vai ser assim. Vai fazer como nas famílias, nos cidadãos; sofrem as famílias mais desfavorecidas, mais pobres, abandonadas à sua sorte, sem meios de subsistência, numa perspectiva do município e da gestão administrativa do município e das suas juntas de freguesia, quem vai sofrer, nesta perspectiva são as juntas de freguesia. Muito obrigado Senhor Presidente”.

Vogal Diogo Soares Machado (CDS/PP): Nos termos do n.º 3 do artigo 61.º do Regimento, requereu a transcrição em acta desta sua intervenção. D

“Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado também por me deixar inscrever, agradecendo desde já a esta Assembleia por tolerar a minha intervenção, visto não ter podido por motivos profissionais estar presente antes da interrupção para jantar.

Gostaria de começar, dizendo que isto que aqui se passou na minha mesa de trabalho, ocasional, mas na minha mesa de trabalho (esta água entornada), é de certeza fluxo, ou derivado, das marés vivas que têm assolado esta cidade. Marés vivas deste concelho; marés vivas de boas vontades; marés vivas de boas intenções; marés vivas de futuros que se pretendem radiosos; marés vivas de areia que se atira para os olhos de quem ouve aqui, de quem lê lá fora - o que lê lá fora. Porque lá fora quase sempre não se lê tudo o que aqui dentro se passa.

Marés vivas, afinal de contas de um futuro que, para nós Partido Popular, se antevê preocupante para esta cidade e para este concelho, debaixo da Presidência deste Presidente de Câmara, debaixo da acção deste Executivo.

E começava por dizer Senhor Presidente, que não me interessa tanto falar de obras pelas quais lutámos em outros tempos e que obviamente hoje são uma realidade noutros concelhos, se calhar não tão distantes de Aveiro como isso – falo como já se devem ter apercebido da Europa dos Pequenitos. Claramente, ao fim de três anos a perguntar, a questionar, a bradar aos sete ventos porque é que a Europa dos Pequenitos ainda não está em Aveiro. Ao fim de três anos, a descrença é já o único sentimento possível em relação a essa obra. A certeza de que claramente a Câmara de Aveiro e o Senhor Presidente da Câmara, não tiveram capacidade para garantir este investimento fundamental, este sim, para um futuro radioso da cidade de Aveiro que se pretende; não tiveram capacidade para aguentar esse investimento fruto de boas vontades de outros. Fruto, nomeadamente, da Fundação Bissaya Barreto.

Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara escreve na introdução ao Plano de Actividades, que pretende como um Plano ambicioso, coerente com as grandes linhas de força que têm caracterizado a actuação deste Executivo, isto que o Senhor Presidente da Câmara aqui escreve, eu quase que poderia resumir a um documento tudo isto que aqui está. Este Plano que aqui está de vinte e um milhões de contos ou quase vinte e dois, tudo isto que aqui está poderia ser resumido a um documento. E esse documento Senhor Presidente da Câmara – Dr. Alberto Souto, frontalmente lhe digo que vem de trás. Que é o Plano Estratégico que o Senhor tem nas mãos e que foi feito pelo Executivo anterior, que foi discutido no anterior mandato por esta Assembleia, que foi melhorado no anterior mandato por esta Assembleia, com a participação dos senhores deputados do PS, do PSD, do PP e da CDU, que foi finalmente o grande instrumento de futuro que o Dr. Alberto Souto Miranda agarrou com unhas e dentes para poder antever este futuro radioso para cidade de Aveiro e para o Concelho de Aveiro.

Mas faltam coisas; falta também e está vertido nesse plano estratégico um investimento fundamental para o qual até e lembro-me de já ter falado nisto umas dez ou doze vezes nesta Assembleia, para o qual até já há estudo de viabilidade económica que aponta para uma verba a despender na ordem dos oito milhões de contos, e esse sim é um investimento fundamental para o desenvolvimento da cidade e do concelho, e está no plano estratégico, como por exemplo é o metropolitano de superfície.

E o Senhor Presidente da Câmara, que em campanha eleitoral dizia por exemplo, que o eixo estruturante – e meus Senhores reparem nestas contradições, que são as contradições socialistas ou independentes ao serviço do socialismo – que “o eixo estruturante, não era claramente uma prioridade”. O Professor Celso Santos, recordo-me eu de ouvir numa entrevista, na então Rádio Molicheiro, “Prof. Celso Santos, estradas fazem-se em qualquer altura. Os meus objectivos são maiores! Os meus horizontes são mais largos!” Não faça contas de merceeiro (não disse isto mas pensou). Um eixo estruturante é uma estrada e estradas fazem-se em qualquer altura! Tenho a cassete por acaso, e recordo que dei uma gargalhada terrível, quando agora vejo que uma das opções estratégicas fundamentais deste executivo é efectivamente o eixo estruturante?! “Prof. Celso Santos, as nossas opções estratégicas serão claramente diferentes das vossas. É fundamental para Aveiro apostar no metropolitano de superfície, não no eixo estruturante”. Está-se a ver em que é que o executivo, ou a cabeça independente do executivo socialista, apostou claramente como a sua linha de rumo. O eixo estruturante, que não era prioridade já é. O metropolitano de superfície, que afinal até era uma boa ideia, que vinha do executivo anterior, já não é – mas era!

Por acaso hei-de pedir autorização ao Senhor Presidente da Mesa um dia, para numa sessão amigável, para ouvirmos essa cassete que efectivamente dá vontade de rir.

Ora bem, as obras na cento e nove – “estradas fazem-se em qualquer altura”. Túneis também de certeza! Não havia uma única palavra sobre isso no programa eleitoral do Dr. Alberto Souto – uma única, meus Senhores!?! Havia sim no plano estratégico. Havia sim, nos planos que o executivo anterior deixou, por exemplo o desnivelamento das Glicínias; por exemplo o desnivelamento da Avenida Central; por exemplo o desnivelamento do Cruzamento da Rua General Costa Cascais com a cento e nove – “mas estradas fazem-se em qualquer altura”! E ainda bem, e é tempo, que o Senhor Presidente da Câmara descobriu que é fazendo estradas ou obra na rede viária com rapidez, é assim que ele vai conseguir ganhar as eleições! - pensa ele. É evidente que o que está aqui em causa não é a obra. Já dissemos isso várias vezes nesta Assembleia. A obra tem que se fazer, seja o Dr. Alberto Souto Miranda sejam outros. A obra tem que se fazer. Porque muito me agrada ouvir que efectivamente a Câmara encerrará o mandato, ou encerrará o próximo ano dois mil e um, com noventa por cento do saneamento ou noventa e nove ou noventa e cinco. Pois pudera: se não fizesse vinte e nove por cento de saneamento em quatro anos, muito pouco faria. Porque setenta por cento já tinha feito. Estas coisas é que são engraçadas, quer dizer, setenta por cento do saneamento do concelho já o herdou feito e

portanto, dizer-se que em quatro anos se faz vinte e nove por cento, sim Senhor, é um mérito. E há que tirar o chapéu, quer dizer, já que não se pode tirar mais nada. Era fácil, Senhor Presidente da Câmara, estar aqui uma hora a questionar rubrica a rubrica, plano por plano, objectivo por objectivo, este plano de actividades e este orçamento, era fácil mas não o vou fazer. É também fácil para nós, Senhor Presidente, constatar que houve claramente, como nós dissemos já várias vezes em conjunto, e nisso tenho também de louvar a actuação do PSD, que o Presidente da Câmara, enganava esta Assembleia, acerca da real situação financeira da Câmara Municipal. Enganava porque não dava todos os elementos. Enganava – não deliberadamente, se calhar porque se esqueciam de lhos dar; enganava, porque não podia efectivamente revelar a real situação económica e financeira da Câmara Municipal de Aveiro. E aquilo que na comunicação do Presidente, de há poucos meses atrás recordam-se, até do mês passado, recordam-se, era uma situação financeira sólida – “continua uma situação sólida”, eram as palavras que lá estavam escritas; eu diria efectivamente, continua uma situação financeira, solidamente caminhando para a ruína. Efectivamente é isto! Porque nessa comunicação, constava uma dívida de três milhões e setecentos mil contos, mais número menos número. Nestes documentos que o Senhor Presidente distribuiu, que não todos, alguns, os que pôde ou os que a lei não obriga, mas que o Senhor teve boa vontade de distribuir. A dívida já ascende a sete milhões e setecentos mil contos! Qualquer coisa como mais quatro milhões de contos. E a única coisa em que se faz uma estimativa da dívida, é nos contratos de locação financeira.

O Senhor Presidente da Câmara diz que são duzentos e tal mil contos. E nós dizemos que são um milhão e quatrocentos mil. Mas lá chegaremos e conseguiremos provar nomeadamente na conta de gerência. E é isto, portanto, recordem: ontem três milhões e setecentos, hoje sete milhões e setecentos, amanhã quando o Senhor Presidente da Câmara for forçado a entregar-nos a relação dos autos de medição já entregues e já contabilizados na Câmara, certamente que este passivo, esta dívida, vai aumentar para aquilo que nós sempre dissemos: à volta de dez milhões de contos.

Digam-me meus Senhores, para quem acusou o anterior executivo de ter deixado a Câmara numa situação financeira catastrófica e ruínosa – um milhão de contos de dívida, um milhão e trezentos mil, quatrocentos mil; estamos neste momento, pelo menos, com sete milhões. Com perspectiva de rapidamente ascendermos aos dez. Isto é para nós claramente um indício de uma gestão que prejudica. Mas prejudica apenas e só, não pela obra – porque a obra beneficia, mas apenas e só, porque a obra é feita sem planeamento, a obra é feita sem contar os tostões, a obra é feita sem respeito. Neste caso e perdoe-se-me a expressão, é no bom sentido como diria um concorrente: a obra é feita sem respeito pelos dinheiros públicos e sem sequer... havia um filósofo americano que dizia que a ideia é o pior inimigo do homem, sobretudo quando é única. Neste caso, nem este executivo tem esse inimigo à perna, porquê? Porque não tem uma única ideia de como vai arranjar receita para cobrir as obras lançadas e as que vai lançar.

Além disso, digo-lhe Senhor Presidente, que para gerir os dinheiros públicos, e o Senhor saberá muito melhor do que eu porque essa se calhar é a sua especialidade, é preciso rigor. E há aqui uma coisa engraçada, também neste documento que o Senhor... - a propósito do rigor neste documento – contrato de locação financeira mobiliária em curso. Mobiliária, move-se... Não é? O Senhor Presidente tem aqui uma série de máquinas e de veículos: veículos pesados, retro-escavadoras, – nove mil e sessenta e sete contos. Gostava de saber quanto é que a Câmara de Aveiro gastou no ano passado em empreitadas a fornecedores externos para demolição de edifícios? Apesar de ter gasto nove mil contos a comprar uma retro-escavadora.

Gostava de saber; não lhe vou perguntar, porque já sei que não vou ter resposta. Mais, o Senhor Presidente tem aqui mini-carregadoras e cortadoras de asfalto, ligeiros de mercadorias e ligeiros pesados. Será que o jipe adquirido à “Mitsubishi” há relativamente pouco tempo, é um veículo ligeiro de mercadorias? Ou é um veículo pesado? Retro-escavadora não é!

Cortadora de asfalto também não! Material informático muito menos. Quer dizer, é isto que nós dizemos e que nós acusamos claramente. É preciso rigor, em como se escrevem as coisas. Um jipe comprado a uma marca de carros, ou é um veículo pesado, ou é um ligeiro de mercadorias, ou é uma retro-escavadora, ou é um jipe – mas não está aqui. - Se calhar foi comprado a pronto! Diria mais Senhor Presidente, até me pode dizer que a aquisição do jipe foi um investimento – porque eles subiram agora em dois mil e um e portanto, até foi um bom negócio para a câmara. Tiro-lhe mais uma vez o chapéu.

Em relação à política que está por trás deste orçamento, é claro para todos que é uma política caracterizada pelas grandes linhas de acção do que é o socialismo na gestão, ou seja, é uma política despesista, é uma política sem rigor na gestão dos dinheiros públicos, é uma política de “jobs for the boys”. E digo claramente isto, porque finalmente me chegou às mãos a relação dos assessores, e é engraçado que nestes assessores não consta nenhum dos nomes que eu sei que são assessores!? Eu não vou ser deselegante e perguntar-lhe com que categoria profissional está este ou aquele nome (dois deles estão presentes nesta sala), mas não constam desta listagem.

E por falar em rigor Senhor Presidente, conte a esta Assembleia (já que o Senhor me provoca, eu vou provocá-lo também), rigor mais uma vez, o verdadeiro melodrama, ou filme de terror, que constituiu, digamos que, o fornecimento ou ajuste directo, ou não sei como é que hei-de chamar àquilo, da nova página da Internet da Câmara Municipal de Aveiro? Conte a esta Assembleia como é que se passou? Conte a esta Assembleia qual é o nome da pessoa que emitiu o parecer e lhe disse: adjudique-se a esta empresa! Coisa que a Câmara de Aveiro fez sem saber sequer que esse Senhor era sócio da empresa à qual tinha dito, ou tinha aconselhado, que a Câmara de Aveiro adjudicasse a nova página da Internet.

Obviamente em rigor, que algumas vezes não só os árbitros deviam apresentar declaração de rendimentos. O Senhor Presidente diz também aqui e com isto termino, ou pede e muito bem, com este Plano de Actividades e Orçamento, um cheque em branco. E pede um cheque em branco ao seu poder discricionário de actuação na cidade. Porque nas freguesias pouco se tem visto. Repito também Senhor Presidente, que será para nós muito difícil considerarmos minimamente a hipótese de lhe dar mais crédito, quando o Senhor Presidente diz por exemplo coisas como esta: “Aveiro constrói-se também através das suas autarquias”. É justo salientar, notável desempenho – eu próprio, todos nós, também temos de o salientar: “as Juntas viram reforçadas a sua Delegação de Competências” e “aumentadas as transferências significativamente em dois mil e um”. Cento e quatro mil contos em dois mil, cento e vinte em dois mil e um!? Está aqui escrito. São dezasseis mil contos de diferença, é um significativo aumento! O Senhor Presidente vai construir mais Habitação Social, diz: “é uma grande aposta de futuro”. Pergunto: será difícil em dois mil e um construir-se mais habitação social do que a que se construiu em dois mil? – Seis fogos. Será difícil? Se construir sete já é uma vitória. Já pode utilizar isso como argumento eleitoral Senhor Presidente.

Quer dizer, o Estádio Municipal, várias vezes ele foi aqui questionado, qual a parte que caberá à Câmara Municipal; qual a percentagem com que a Câmara Municipal de Aveiro terá que entrar no valor total da obra – nunca foi aqui esclarecido nesta Assembleia.

Vou terminar dizendo apenas o seguinte: Este Executivo não merece nem mais um dia o benefício da dúvida. Para nós Partido Popular, asneiras ou não e razoabilidades ou não, falta de rigor ou não, o Dr. Alberto Souto Miranda não tem mais crédito pela nossa parte.

Até porque também já ouvi dizer, pela primeira vez, em não sei quantos anos de história, que a Câmara Municipal de Aveiro viu cheques devolvidos por falta de provisão!? Se calhar é mentira também! A nós, Partido Popular, resta-nos dizer: sim senhor à obra, mas tendo a certeza de que toda a obra que está a ser feita poderia ser feita da mesma forma, poderia aparecer no terreno da mesma forma, poderia beneficiar Aveiro e as suas gentes da mesma forma, e poderia também

inequivocamente ser feita com planeamento, mais planeada e com muito mais rigor, na defesa e na utilização dos dinheiros públicos.

E para já Senhor Presidente, reservo-me para a intervenção na especialidade, porque também há outras coisas nomeadamente quando se diz que “a Câmara não deve mais nada”. É verdade ou não é, que ainda não está tudo pago ao empreiteiro que recuperou o edifício dos Paços do Concelho? É verdade ou não é? É verdade ou não é, que esse empreiteiro se recusou a participar ou a concorrer sequer às obras de recuperação do Teatro Aveirense? É verdade ou não é? É preciso é rigor!

Senhor Presidente da Mesa, agradecendo mais uma vez a tolerância da sua parte e desta Assembleia, termino dizendo que até sinal em contrário, e esperando ser elucidados e corrigidos nas grossas asneiras que aqui dissemos pelo Senhor Presidente da Câmara, o nosso sentido de voto será claramente um sentido de voto muito critico em relação a este Plano de Actividades e a este Orçamento”.

Vogal Rogério Madail (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos atinentes às intervenções efectuadas.

E

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Rogério Madail (PPD/PSD)

Vogal Virgínia da Silva Veiga (PS)

Vogal Britaldo Rodrigues (PPD/PSD)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Diogo Soares Machado(CDS/PP)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara, para os esclarecimentos tidos por convenientes.

De seguida o líder da bancada do PPD/PSD, nos termos regimentais, pediu a interrupção dos trabalhos, sendo o mesmo concedido pelo Presidente da Mesa.

Retomados os trabalhos o Presidente da Mesa colocou à votação o Ponto n.º 2 – Câmara Municipal – Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano 2001, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezoito votos a favor (PS14+PP4) treze abstenções (PSD6+PP6+PCP1) e cinco votos contra (PSD5).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Braga Alves:

“Votei favorável, bem como é vontade dos meus colegas de bancada Presidentes de Junta, pois ainda acreditamos nos homens quando bem intencionados. E assim sendo, no meu caso eu espero ver concretizado até ao fim de 2001, grande parte das carências da Freguesia da Glória. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Perante uma lista relativamente simpática, de projectos e de intenções, mas que confessadamente, não passa de um instrumento para ser gerido politicamente pelo executivo, não posso fazer outra coisa senão a abstenção.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

Fez declaração de voto nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro.

“Tendo esta bancada optado pela liberdade de voto, eu falo apenas naturalmente por aqueles que votaram contra e portanto, quero que fique expresso em acta que este é voto de vencido. Votámos contra o Plano de Actividades e Orçamento de 2001, em virtude da falta de sentido estratégico evidenciado, e por se revelar eleitoralista, despesista, irrealista e centralizador.”

Vogal Manuel António Coimbra:

“O Plano de Actividades de 2001, se cumprido, poderá trazer um impulso muito importante e decisivo ao município. A previsão das receitas no entanto não permite ser assim tão optimista, daí a abstenção de parte de membros da bancada do PSD.”

Vogal Filipe Brandão:

“Consideramos que este Plano de Actividades e Orçamento, é a tradução do projecto de modernidade que Aveiro abraçou desde Dezembro de 97 e que manifestamente vem conquistando o apreço de um número cada vez maior de aveirenses. Um Plano de Actividades, traduz para além do mais, também uma componente política que este claramente assume. Com a aprovação deste Orçamento viabilizam-se projectos que estão a mudar a face de Aveiro e que projectarão definitivamente este concelho para o futuro. Aveiro está de parabéns com este Plano de Actividades e com este Orçamento.”

Vogal Joaquim Abreu:

“Votei a favor, no pressuposto das obras incluídas no Plano de Actividades da Câmara Municipal de Aveiro para Eixo, devam ter execução prática no decorrer do ano de 2001.”

Vogal Diogo Soares Machado:

Fez declaração de voto nos termos do artigo 93.º da Lei n.º 169/99 de 18 Setembro.

“Em nome das abstenções da bancada do PP. Abstivemo-nos porque em primeiro lugar pelo respeito que nos merecem os Presidentes de Junta e a acção que ao longo dos anos têm desenvolvido em prol das gentes das suas Freguesias. Não podíamos inviabilizar este Plano sem dar a eles próprios, Presidentes de Junta, (não à Câmara) mais uma vez a esperança de que mais uma vez aquilo que nos foi prometido seja cumprido.

Em segundo lugar, porque a Câmara não desmentiu, nem contrariou o montante global das dívidas ou responsabilidades, que ascenderá aos dez milhões de contos neste momento.

Em terceiro lugar, porque nos parece que o rigor em toda a acessão da palavra, é actualmente palavra vã na gestão autárquica de Aveiro.

Em quarto lugar, porque sabemos que os aveirenses vão abrir os olhos e não mais se deixarão enganar com artimanhas e políticas eleitoralistas.

Em quinto lugar, porque não podemos ser cúmplices de uma gestão hiperbólica, irrealista, despesista e claramente mal fundamentada no que toca à obtenção de receitas em 2001.

Em sexto lugar, porque entendemos que esta Câmara tem que ser responsabilizada, e julgada, pela grave situação em que deixará a autarquia, nomeadamente as suas finanças, em estado de absoluta ou quase absoluta ingerência. Quando em Dezembro de 2001 perder as eleições autárquicas, porque com a atitude de absoluta intolerância e claro desrespeito pelo papel da oposição expressa em órgãos de comunicação social, desta cidade e deste concelho, esta Câmara, na pessoa do Sr. Presidente, presta um claro mau serviço à democracia; palavra cara aos Aveirenses, inclusivamente alguns ilustres. E finalmente porque não podemos nem queremos que o Partido Popular seja envolvido ou arrastado em situações futuras, em que o prestígio da Câmara de Aveiro e por consequência do seu concelho, sejam claramente prejudicados. Por

estas oito razões nos abstivemos e declaramos que este é voto de vencido, ao abrigo do artigo nonagésimo terceiro da lei 169/99. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Gaspar Albino:

“Sr. Presidente, durante os últimos dias, devo-vos confessar que andei preocupado com aquilo que se poderia passar hoje, nesta noite. E preocupado acima de tudo, como Aveirense! É que eu não posso conceber a política somente como uma ciência, entendo que a política também é uma arte, e normalmente um artista é um visionário. Se por ventura estivermos na frente de um visionário corajoso, que consiga levar este projecto avante - o meu voto que foi de abstenção, será de aplauso no fim; independentemente do credo político, da convicção política do partido, ou da independência que eu muito prezo. Tenho dito.”

Continuando, o Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Depois de lida foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Seguidamente e devido ao adiantado da hora, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando a próxima reunião da presente sessão para o dia 15 de Janeiro de 2001 (segunda-feira) pelas 18:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 12 de Janeiro de 2001.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.